



**Excelentíssimo Senhor Relator Conselheiro Substituto Telmo Passareli da Primeira  
Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

**Processo nº 1127127**

**Prestação de Contas do Executivo Municipal – Exercício 2021**

**Ref. Ofício n. 8603/2024 – SEC/1ª Câmara – problemas no envio de planilha em excell**

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, neste ato representado por seu Procurador-Geral (Lei Municipal 11.065/2017, art. 59, inc. II e inc. V) vem, respeitosamente, apresentar a situação abaixo relatada e requerer:

A Portaria TCE-MG n. 38/Pres./2024 que “*Regulamenta o disposto no art. 188 da Resolução nº 24, de 13 de dezembro de 2023, no que tange aos requisitos mínimos e à forma de entrega de documento e objeto para fins de recebimento e protocolo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências*” trouxe inovações no protocolo de documentos com exigência, entre outras, de envio em formato específico<sup>1</sup> (PDF, MP3, WAV, MP4, MPEG e OGG VORBIS, com tamanho máximo de 20MB).

Ademais, essa Portaria veda o recebimento de “endereço eletrônico para acesso de documento em arquivo remoto”, ou seja, não se aceita mais o protocolo de arquivos com *link* de acesso, a teor do art. 5º<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Art. 3º A petição ou documento a ser protocolado neste Tribunal deve ser encaminhado por meio do serviço de protocolo eletrônico e-TCE, disponível no portal na internet, salvo nos casos de inviabilidade técnica que justifique o uso de outro meio:

I – excepcionalmente, por meio de mídia digital, entregue no balcão da Coordenadoria de Protocolo e Triagem ou encaminhado por via postal, nos casos em que o volume de dados exceder a capacidade do protocolo eletrônico e-TCE, se autorizado, previamente, pelo relator ou pelo Presidente; e

II – excepcionalmente, no endereço eletrônico da Coordenadoria de Protocolo e Triagem, desde que comprovada a indisponibilidade técnica de remessa por meio do protocolo eletrônico e-TCE, devendo constar do e-mail a reprodução da tela de erro e o número da ocorrência na Central de Relacionamento com os Jurisdicionados CRJ.

Parágrafo único. O documento enviado ao Tribunal, nos termos dos incisos I e II, incluindo arquivo de áudio ou vídeo, obedecerá os formatos PDF, MP3, WAV, MP4, MPEG e OGG VORBIS, com tamanho máximo de 20MB.

<sup>2</sup> Art. 5º É vedado à Coordenadoria de Protocolo e Triagem o recebimento de endereço eletrônico para acesso de documento em arquivo remoto a partir da publicação desta portaria, bem como o recebimento de petição ou documento processual por meio físico, a partir de 1º de setembro de 2024.



Entretanto, o Município tem recebido diligências e intimações oriundas dessa Corte de Contas, que demandam o envio de planilhas em formato Excell (.xls ou .xlsx), como acontece na demanda que envolve resposta à intimação contida no Ofício n. 8603/2024. Nesse caso, para resposta ao item “b” “i” (fl 327 da PEÇA 26), o Município necessita enviar para comprovação de dados junto a essa Corte, como anexo, a planilha de “Conferência Portal Transparência Receita On-Line com Receita do SOF – Exercício 2021” que está em formato Excell.

Esse formato não é aceito para protocolo via e-tce e também não é aceito para protocolo via e-mail. Outro ponto, é que o tamanho máximo da planilha solicitada ultrapassa o tamanho máximo de 20 megas aceito por essa Corte. Essas planilhas em Excell não podem ser “quebradas” em arquivos diversos, pois perdem dados e as suas configurações originárias e, assim sendo, não são aceitas pelo próprio TCEMG.

Em caso semelhante, o Município entrou em contato com o CFAMGBH/DCEM que nos orientou a seguir o art. 3º da Portaria TCE-MG n. 38/Pres./2024, conforme e-mail a seguir transcrito:

**IOÃO HENRIQUE MEDEIROS**

para mim, HELIANE

Prezada, bom dia!

Conversei com a responsável pela unidade responsável pelo procedimento de protocolo, e ela relatou que já está ciente dessa dificuldade de se anexar planilhas editáveis no e-TCE, e que irá providenciar uma solução definitiva para essa questão.

Nesse meio tempo, ela orientou que fosse adotado o procedimento previsto no art. 3º, I da Portaria TCE-MG n. 38/Pres./2024, por meio de solicitação endereçada ao Conselheiro-Presidente, para que seja afastada a regra do parágrafo único da Portaria TCE-MG n. 38/Pres./2024 e admitido, em caráter excepcional, o protocolo de arquivos .xls ou .xlsx, conforme a natureza das informações solicitadas para instrução da fiscalização. Inclusive, seria interessante anexar, nessa solicitação, o ofício de requisição de informação, que especifica a necessidade de planilhas editáveis, pra reforçar que isso é uma demanda da equipe de fiscalização.

Depois me passa, por gentileza, o número do protocolo dessa solicitação, pra eu acompanhar internamente a tramitação desse documento.

Qualquer intercorrência, gentileza entrar em contato que eu tento resolver daqui.  
Atenciosamente,



**João Henrique Medeiros**

*Analista de Controle Externo | TC 3129-9*

*Coord. de Fisc. e Aval. da Macrogestão de BH*

*(31) 3348-2228 | [www.tce.mg.gov.br](http://www.tce.mg.gov.br)*

Dessa forma, a considerar a inviabilidade técnica para envio de arquivos em Excell (.xls ou .xlsx) e, com fulcro no art. 3º da Portaria TCE-MG n. 38/Pres./2024, o Município requer, em caráter excepcional que:

- 1 - seja admitido o protocolo, via e-mail do protocolo do TCEMG, de arquivos em Excell (.xls ou .xlsx);
- 2 seja admitido o protocolo, via e-mail do protocolo do TCEMG, com envio de *link* de acesso, para planilha em formato em Excell (.xls ou .xlsx) que exceder o tamanho máximo de 20 megas, que é a capacidade do volume de dados previsto no parágrafo único do art. 3º.

Belo Horizonte, 26 de junho de 2024.

**Hércules Guerra**  
**Procurador-Geral do Município**  
**OAB-MG 50.693**